

ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO NEGRO NO PROCESSO EDUCACIONAL: ENTRE A RUPTURA E A DEFLAGRAÇÃO DO RACISMO

João Paulo da Conceição Alves¹

jpauloche@bol.com.br

Resumo: Apresenta como problema central, sob que aspectos se constrói a identidade de sujeitos negros no contexto educacional. Analisa assim, os elementos que compõe esse processo de (re) significação identitária, considerando o ideário flagrantemente racista instaurado na sociedade brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, apresentando como resultado a pertinência das análises a respeito de um “racismo à brasileira”, sob uma pretensa invisibilidade do negro no meio social, em que a escola contribui marcadamente na reprodução de práticas, se não explicitamente racistas, mas inclusive, com um forte caráter segregatório pautado na omissão e na sutileza das ações.

Palavras-chave: Identidade. População Negra. Contexto educacional.

Abstract: Presents as the central problem, in which identity is constructed aspects of black subjects in the educational context. Analyses thus the elements that make this process of (re) signification of identity, considering the blatantly racist ideas introduced in Brazilian society. This is a literature, presenting as a result of the relevance analysis regarding a "Brazilian racism", under a pretense of invisibility of blacks in the social environment in which the school contributes markedly in the reproduction of practices, if not explicitly racist but even with a strong character segregating ruled in default and the subtlety of the shares.

Keywords: Identity. Black Population. Educational context.

CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

O presente artigo apresenta como objetivo central a análise de aspectos constituintes da identidade de sujeitos negros no contexto educacional, tendo em vista a condição do Brasil como país racista, expressa em dados oficiais, como a PNAD², IBGE³, IPEA⁴, entre outros, em que demonstram as condições sociais do negro nas suas diversas instâncias de envolvimento e atuação.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de um estudo qualitativo, em que as referências foram selecionadas dentro do recorte da análise do materialismo histórico, no sentido de desvelar uma realidade em xeque, em frente das transformações e dos confrontos entre classes sociais antagônicas. O estudo do racismo, como categoria de análise, aponta este viés de embate de classes sociais, marcado pela exploração do homem pelo homem.

Diante da breve exposição preliminar, e na guisa do desenvolvimento da análise proposta, fundada na constituição da identidade do negro no meio social, remetemos-nos diretamente ao período que se configurou como escravidão e, por conseguinte, ao esboço de um panorama pós-escravista. Desta maneira, durante a escravidão no Brasil, inicia-se um processo de inferiorização social do negro escravo, pautando-se diretamente em elementos de ordem biológica traduzidos, pois, em fatores de ordem fenotípica, especialmente em características que se assemelham à negritude.

Nesse sentido, vem à tona toda uma discussão referente ao processo de mestiçagem e às formas de inserção do negro “recém-liberto” num cenário em que se reivindicava uma identidade nacional, mas que se via prejudicada por uma “mutilação” diante desta conjuntura identitária, decorrente de construções sociais estereotipadas sobre o negro, e com isso transtornando uma eventual inserção desses negros recém-libertos como elemento trágico desta identidade nacional.

Munanga (1999) destaca que o fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão extrema, pautada na construção de uma nação e de uma identidade nacional, diante da problemática marcada pelos ex-escravizados negros. Como constituir os negros da nacionalidade e identidade brasileira, quando a estrutura mental herdada do passado os considerava como coisas e força animal de trabalho?

Diante do processo dessa constituição identitária, trazemos preliminarmente a discussão pautada em conceituações do termo identidade, que de uma forma um tanto mais ampla, estão inseridas a partir de elementos sociais de legitimação de toda uma padronagem social, assumindo uma perspectiva ideológica, estabelecendo diretrizes únicas que silenciam vozes no contexto social. Assim, por diversas circunstâncias, identificadas dentro de elementos históricos, há a demonstração dos acidentes e transfigurações de identidades, e, em contrapartida, a hegemonia de outras no contexto social brasileiro.

Parente (2005) destaca que a questão da autenticidade cultural delimita e aponta quais “experiências” são julgadas “autênticas” e quais são entendidas como “ilegítimas”, além de esclarecer como elas são compartilhadas por “todos os negros”. Nesse aspecto, as reproduções estereotipadas sobre a imagem do negro tornam-se essencializadas, naturalizadas e hegemônicas, justamente por estarem implicadas em relações de poder, pois são sustentadas por representações que se pretendem universais e fixas.

A partir do prenúncio, destacamos a importância da identidade, como elemento que possibilita uma reafirmação hegemônica de facetas sociais. De forma conceitual, a identidade apresenta-se como construção coletiva dos sujeitos, para então serem sistematizadas e operacionalizadas em ações materiais. A identidade social apresenta-se formatada sob uma base simbólica, constituída a partir de um processo histórico e cultural, em que as relações sociais se mostram como elemento essencial para sua efetivação.

A identidade é dos elementos mais importantes no processo de constituição social do sujeito, pois devido não ser inata, se constrói em determinado contexto histórico e cultural e está relacionada aos referenciais coletivos de inserção a um grupo, aos usos sociais das formas de reconhecimento e aos processos culturais de construção simbólica.

Com isso, há a introdução de todo um discurso, fundado num conceito de identidade social fragilizado para as ditas minorias sociais, por toda uma conjuntura excludente, que posiciona o negro numa escala gradativa, nos níveis e conceituações mais precárias, tendo como base simplesmente o fato de ser negro. Observamos que a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (SILVA, 2002; SOUZA, 1983).

Dessa maneira, a formação da identidade do negro está construída e incorporada nas suas autodefinições que, por estarem esboçadas dentro de um panorama de invisibilidade social, o seu adentramento à ordem social competitiva acaba custando sua abdicação de ser negro, em prol de um ideal “vantajoso” da brancura e/ou de possuir ao máximo características que o assemelhe ao branco.

Costa (1983) confirma que a brancura é abstraída, reificada, alçada à condição de realidade autônoma, independentemente de quem a porta como atributo étnico ou, mais precisamente, racial. Funciona como um pré-dado, uma essência que antecede a existência e manifestações históricas dos indivíduos reais. Complementa destacando que todo ideal identificatório do negro converte-se em um ideal de retorno ao passado, quando ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, quando seu corpo e identidade negros irão desaparecer.

Seguindo esta via, ao iniciarmos uma análise sobre os elementos que fomentam a construção da identidade social do negro no que concerne à sua personificação no meio social, destacamos que

suas repercussões estão diretamente atreladas ao modo como é construído e introjetado na sociedade brasileira, posturas e (re)significações na constituição da imagem do negro.

Neste sentido, as circunstâncias referentes à ascensão social apresentam momentos de intensas contradições sociais, ladeadas por modelos identitários hegemônicos, nos quais a identidade étnica e racial do negro é suprimida em detrimento de um padrão de embranquecimento, nas entrelinhas do contexto social.

Souza (1983) afirma que a história da ascensão social do negro brasileiro é, pois, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento do negro com base na intensidade de sua negação.

É diante de um processo francamente revelador dos percalços e entraves enfrentados pela população negra, como percepção de sua identidade ou autoimagem esboçada no contexto social, que afirmamos os elementos que consomem a identidade do negro, a qual geralmente é entendida dentro de uma percepção de senso comum, a partir de uma diferenciação biológica, pautada em elementos de ordem fenotípica, como a cor da pele, vindo a suprimir imediatamente qualquer elemento que enverede o campo ideológico ou histórico na sua constituição identitária.

E é nesta perspectiva que destacamos o caráter político-ideológico construído ao redor do conceito de raça, no sentido de pôr em relevo contradições pontuais que apresentam gênese nas teorias racialistas do século XIX⁵, e que se constituíram em um cenário pautado numa suposta democracia racial. Assim, com seu devido enraizamento no meio social, há um processo de fortalecimento de uma série de estereótipos, que marcam as percepções identitárias do negro na contemporaneidade.

A identidade negra ou de outros povos não surge simplesmente da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negra, branca e amarela. Ela resulta desse longo processo histórico. É nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil, em um país onde quase não se ouve um discurso ideológico articulado sobre identidade branca e amarela, justamente porque os que coletivamente são portadores desse tipo de pele não passaram por uma história semelhante à dos brasileiros portadores da pigmentação escura.

Como válvula de escape desse processo, temos, por um lado a admissão do negro como negro, com a percepção de sua identidade enquanto tal, de modo a esquivar-se de maneira contra-hegemônica de toda forma de aculturação ou tentativa de impor-lhe elementos referentes a um “necessário embranquecimento” racial; ou, por outro lado, de forma supostamente “honrosa” e diante dos estereótipos e de (re)definições raciais, estaria a admissão a padrões impostos por uma teoria do embranquecimento, numa perspectiva da mestiçagem, ocasionando a busca de uma “melhoria racial” com base na brancura, e, portanto, dentro de uma perspectiva marcada pela corrupção de identidades (MUNANGA, 2004).

Destarte, as construções das perspectivas do indivíduo negro em relação ao mundo do trabalho, apresenta intimidade com a construção da sua identidade no meio social, no qual os elementos estruturantes da formatação da identidade dos sujeitos correspondem a fenômeno-chave na consolidação da sua autodeclaração racial. Além disso, a constituição da identidade apresenta-se marcada por uma conjuntura contraditória e hegemônica, mas se configurando como foco de resistência de grupos que, de forma contra-hegemônica, constroem um cenário alternativo à hegemonia estabelecida.

1 IMPLICAÇÕES DO “RACISMO À BRASILEIRA” NA ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE DO NEGRO

Ao tratarmos de uma forma específica o processo de constituição da identidade do negro na sociedade brasileira, é cabível fazermos referência aos termos *raça*, *racismo* e *mestiçagem*, dentro de suas diversas repercussões no quadro de formação de perspectivas da população negra, as quais, diante de determinadas circunstâncias, contribuem para suavização do próprio racismo e, ao mesmo tempo, para o aprofundamento das desigualdades raciais.

Trata-se de constructos sociais tendenciados à desqualificação moral a partir de pré-conceituações sem fundamentação aparente, veladamente fincada no escopo social. Desta maneira, o racismo se configura como uma forma de materialização de estereótipos sobre o negro no meio social, contribuindo quase sempre implicitamente para a constituição de uma autoimagem fragilizada.

Souza (1983) afirma que o negro brasileiro que ascende socialmente, por exemplo, não nega uma presumível identidade negra. Como negro, ele não possui uma identidade positiva, a qual possa

afirmar ou negar. Ocorre que, no Brasil, nascer com a pele preta ou outros caracteres do tipo negróide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial não organiza, por si só, uma identidade negra.

Silva (2002) complementa afirmando o racismo como uma construção mental, dentro de uma predisposição a uma ideia e julgamentos preconcebidos, sem nenhuma ponderação, sobre uma pessoa ou grupo de pessoas. Por conseguinte, configura-se como julgamento prévio baseado em *suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão*.

Sobre a questão levantada acima, Munanga (2004) afirma, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, que o racismo seria uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças, contrastadas com características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas, e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Diante de uma análise rápida do conceito de raça, vê-se que sua utilização é formatada, a partir de todo um processo de instabilidade, traduzido em dois cenários diferenciados: ora regido por questões de cunho biológico, ora antenado para as similaridades dentro de determinadas características entre os grupos de indivíduos no meio social. Temos assim que a conceituação “raça”, apesar de possuir uma base referencial biológica, apresenta-se inserida sob diversas circunstâncias sociais que expressam a ausência do negro em diversos momentos sociais.

Guimarães (2003) apresenta uma definição de raça baseada em constructos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Portanto, define como um conceito independente de qualquer realidade natural. Trata-se de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada em uma carga de negatividade em frente de certos grupos sociais e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado.

Desta maneira, no desenvolvimento de análises que apresentam como matriz o conceito de raça, verificamos seu envolvimento por todo um processo político e ideológico, caracterizado como símbolo social comum, em função de características biológicas.

Souza (1983) compactua com a conceituação de raça apresentada anteriormente, ao afirmá-la como noção ideológica fundada como critério social para distribuição de posições na estrutura de classes. Apesar de ser fundamentada em qualidades biológicas, principalmente na cor da pele, a raça sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum uma mesma graduação social, um mesmo contingente de prestígio e mesma bagagem de valores culturais.

A partir de então, percebe-se na contemporaneidade que o termo “raça”, por um lado, constitui-se como elemento político e ideológico, que vem caracterizar o negro como sujeito no meio social; por outro, apresenta-se como expoente revelador de uma faceta estereotipada, pelas suas características fenotípicas destoarem das construções estéticas, hegemônicas na sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, Silva (2002) complementa ao afirmar que, numa análise geral, as características fenotípicas das pessoas apresentam-se como referência dentro de um conceito de raça biológico, tratando-se de determinados traços ou marcas físicas, percebidas como características predominantes, partilhadas por membros de um mesmo grupo. Mesmo com esta definição que, aparentemente pode ser entendida como “biologizante”, e, portanto, podendo induzir uma ideia “evolucionista” e hierarquizante das raças, podemos afirmar que, do ponto de vista da genética, a ideia de raça é desprovida de qualquer valor e conteúdo científico.

Assim sendo, a constituição do termo raça sob esse ângulo, logo é remetida a uma discussão em paralelo às questões anteriores, contribuindo para a deturpação da identidade do negro, a partir de uma pretensa constituição de identidade nacional, pautada em aspectos de uma suposta “brasilidade” ou identidade mestiça, em que as raças branca, negra e indígena constituiriam elementos essenciais para a efetivação da ideia de paraíso racial, caracterizado como “mito das três raças”.

Com isso, identidades diversas como o índio, negro e branco são reforçadas dentro do processo de suavização do racismo ao se estabelecer uma suposta identidade nacional, pautada no fenômeno inter-racial e harmonioso da mestiçagem.

Ortiz (1994), ao destacar os condicionantes desse processo, enfatiza que o Brasil configurou-se como um grande laboratório tropical e um espaço propício para uma convivência racial harmônica, o que vem a contrastar com a realidade brasileira que, diante de um contexto marcado pela transição de uma economia escravista para capitalista e de uma organização monárquica para republicana, com

migrações europeias em voga (para o suprimento do problema da mão de obra), encontrava dificuldades para se concretizar.

Deste modo, o processo acima vem adquirir uma roupagem fabulosa ou mítica, por apresentar-se no plano teórico como possibilidade de convívio social harmonioso entre as raças, mas que na verdade as circunstâncias do meio social constituem um ideário que expõe de maneira desigual as “três raças”, utilizando-se da terminologia “mestiço” simplesmente como elemento que mimetiza as facetas reais perpassadas particularmente pelo negro no contexto social.

O fato de refletir sobre raça na contemporaneidade nos remete a um processo de ritualização que, utilizando-se de elementos como a perspectiva da mestiçagem, esconde o contexto social em que o negro historicamente foi submetido e finda por celebrar um ambiente racialmente harmonioso para as raças.

Devido às atuais circunstâncias sociais, pautadas em um capitalismo neoliberal na sociedade brasileira, Ortiz (1994) vem complementar sua análise afirmando que “o mito das três raças” torna-se plausível e pode atualizar-se como ritual, com a celebração da mestiçagem no senso comum e nas mais diversas instâncias sociais.

Seguindo a base desenvolvida conceitualmente acima, vê-se que a construção da identidade do negro apresenta toda uma base segregadora e excludente, corporificando-se numa inferiorização do negro a partir de motivações fundadas em diversos ingredientes que, por si, nutrem as práticas racistas. Assim, tais ingredientes traduzem-se a começar das conceituações históricas de raça e da própria mestiçagem, vindo a reforçar a ideia da ausência de preconceito na sociedade brasileira.

Diante disso, de forma categórica e sutil, o racismo acaba afirmando a corrupção de identidades, sob um foco padrão que se torna hegemônico e, por fim, dissemina conceituações desvirtuadas, que dão sustentação a equívocos históricos na sociedade brasileira.

Neste momento, a partir dos elementos evidenciados acima, conduzimos a discussão sobre a identidade do negro de uma forma mais consistente, aprofundando-a sobre o conceito de mestiçagem, o qual se explicita como elemento eficaz na consumação do racismo, por estar fincado sobre a perspectiva do branqueamento e, pois, em um suposto “melhoramento” racial, dando base sólida para a percepção do racismo no Brasil.

Munanga (1999) destaca a forma como vai se construindo o mito da mestiçagem na sociedade brasileira ao afirmar que as elites nacionais, preocupadas com a construção de uma identidade

nacional, percebem historicamente a pluralidade étnico-racial como ameaça, por entender a população negra atrasada e desprovida de determinados atributos necessários para o desenvolvimento da nação. A mestiçagem é vista assim como uma ponte para o destino final: o branqueamento do povo brasileiro.

Neste aspecto, entendemos como o “racismo de marca” se materializa na sociedade brasileira, utilizando como atributo referencial a cor da pele, na perspectiva da teoria do embranquecimento. Diante dos “apuros” vividos pelo negro numa sociedade de brancos, percebemos uma tendência naturalizada a uma reclassificação racial que, a partir dessas circunstâncias, passa a ser visto mais próximo de uma “brancura”, dificultando uma autodefinição que verdadeiramente expresse sua identidade racial.

Assim, as construções raciais referentes à mestiçagem apresentam a democracia racial como circunstância propícia para a reprodução de ideias sobre a hibridez do povo brasileiro e das eventuais “vantagens” da miscigenação, salvaguardando implicitamente as características fenotípicas da raça branca.

Munanga (1999) afirma ainda que, na construção do sistema racial brasileiro, o mestiço é visto como ponte transcendente em que a tríade branco-índio-negro se encontra e se dissolve em uma categoria comum fundante da nacionalidade. Daí o mito da democracia racial inculca que fomos misturados na origem e hoje não somos pretos nem brancos, mas sim um povo miscigenado, um povo mestiço.

Dentro dessa conjuntura analisada, verificamos que as construções identitárias do negro no contexto social apresentam ligação intrínseca com o processo de mestiçagem e sua perspectiva de branqueamento⁶, bem como o conceito de raça, implicando assim em conceituações que se conservam na contemporaneidade a partir de ações geralmente veladas, mas que logo encontram suas limitações ao serem analisadas por debaixo do manto cordial da democracia racial.

O conjunto de tais discussões evidenciadas acima demonstra que os elementos cor e raça no Brasil e sua materialização sob as dimensões atuais, apresentaram-se historicamente regidos por um conjunto de fatores, omissos e, ao mesmo tempo, fortemente presentes no contexto social que, por sua vez, foram se constituindo e atingindo as dimensões atuais, a partir principalmente da influência de ideias racialistas e das perspectivas de uma raça mestiça.

Nesta perspectiva, Coelho (2006) afirma que a questão da cor no Brasil, é como aquele sujeito que está só de corpo presente: ele está ali, mas ninguém vê, nem nota, nem se interessa. Apesar de

saberem que está, não há manifestação, reconhecimento, valorização ou coisa que o valha que indique que aquele sujeito está vivo, é importante ou querido.

Nesse sentido, as construções conceituais pautadas em *raça*, *racismo* e *mestiçagem*, acabam se consumando como elemento que eficazmente acidentalizam a identidade do negro no contexto social, forjando a reprodução de valores e ideias que discorrem sob uma plataforma hegemônica e excludente.

A partir de então, podemos elencar *raça*, *racismo* e *mestiçagem* como categorias similares e complementares no que compete às conceituações sobre identidade racial, constituindo-se assim elementos essenciais na construção desse processo e, por conseguinte, na sinalização para a necessidade do enfrentamento da situação.

2 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO NEGRO E O PROCESSO DE INVISIBILIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1 A escola como (re)produtora de identidades no meio social: questões preliminares

Neste momento, buscaremos uma aproximação mais intensa com o processo de formação da identidade do aluno negro, no cenário social, a partir de uma perspectiva educacional. Por essa razão, observa-se que as interações sociais se mostram mediadas por um conjunto de representações coletivas, caracterizadas a partir de crenças e/ou de toda uma padronização social que, por sua vez, é constituída por experiências que contribuem para a organização das referências e, conseqüentemente, na formação da identidade dos sujeitos.

Assim, ao iniciarmos uma análise sobre a conjuntura educacional, como estratégia de análise dos mecanismos simbólicos de reprodução das desigualdades sociorraciais e apresentando-se como elemento importante na formação da identidade do negro, destacaremos genericamente as formas de afirmação da escola, como instituição onde se (re)afirma o conjunto das desigualdades sociais, além da violência simbólica empreendida e as perspectivas de superação deste cenário desigual.

Para a consolidação do processo de preponderância das classes dominantes, na transformação dos sujeitos em objetos das instituições burguesas, temos a “violência simbólica”, tendenciada à inculcação ideológica da cultura dominante, então mascarada na sociedade brasileira.

Souza (2007) assinala que o termo “violência” engloba uma grande variedade de sentidos. Ao utilizarmos a expressão de forma genérica, estamos nos referindo não somente ao uso da força física, mas também a um conjunto de elementos capazes de causar coação psíquica, danos físicos ou mentais por meio de uma série de instrumentos voltados, intencionalmente, para constranger e ferir a dignidade da vítima. Costa (1983) reforça que o conceito de violência apresenta forte repercussão sobre o negro, em que ser negro significa ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco, e por recusar, negar e anular a presença do corpo negro.

Assim, a “teoria da reprodução” é constituída com base no conceito da violência simbólica, carregando consigo o poder arbitrário e coercitivo, respaldado nas instituições do Estado. Desse modo, o Estado e a formatação desigual da sociedade capitalista mostram-se como ambiente propício para as imposições arbitrárias e com a estruturação de um cenário repleto de ditames e imposições da cultura dominante, sob um caráter estritamente hegemônico.

Por esta forma, Souza (2007), seguindo as conceituações de Bourdieu, apresenta a violência como estruturada/estruturante na sociedade e, ao mesmo tempo, serve de base para as relações sociais. Nessa perspectiva, a violência se explicita como elemento construtivo e inerente ao comportamento dos indivíduos, sendo considerado um aspecto “normal” da sociedade, dos seus interesses e conflitos, ambos fundados essencialmente no aumento da desigualdade entre os sujeitos sociais.

Contudo, temos que os mecanismos de reprodução social apresentam o espaço escolar como momento fecundo na visualização das desigualdades sociais, expressando intensamente, nessa instituição, um velado simbolismo traduzido na imposição de padrões sociais. Depois de uma análise introdutória sobre a questão, partiremos nesse instante para as estratégias de reprodução desse cenário no espaço escolar.

2.2 Contribuição da escola na fragmentação da identidade do negro

Nesta medida, como fortalecimento dessa discussão, apresentamos a instituição escolar e o seu caráter estratégico, utilizada pelo sistema capitalista como suposto instrumento de ascensão social, mas que, pelo seu caráter seletivo e segregador, contribui marcadamente para a competitividade no

mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a solidificação do preconceito a partir de motivações raciais, forjando um processo de exclusão étnico-racial, cada vez mais agudo e cúmplice dos processos de desigualdade social.

Preliminarmente, destacamos que a escola permeada por desigualdades educacionais pode ser concebida como reprodutora da estratificação social, ao ser enxergada como aparelho de materialização do poder hegemônico das elites. É importante também trazeremos à tona a escola dentro de um panorama de embates e pressões sociais, destacando a importância de movimentos de contestação aos preceitos hegemônicos constitutivos deste espaço e, portanto, a partir de visões de grupos que percorrem a contramão do discurso ideológico burguês.

Benjamin (1993) aponta a necessidade de escrever a história a contrapelo, ou seja, *do ponto de vista dos vencidos* – contra a tradição conformista do historicismo, em que geralmente, os vencidos entram sempre “em empatia com o vencedor”.

Podemos afirmar que a escola apresenta-se em constante tensão, compreendida por forças de natureza antagônicas que, ora remetem a um espaço hegemônico, ora a um momento de resistência, conservando um movimento dialético, marcado por embates ideológicos.

Destarte, é importante percebermos, antes de tudo, que os avanços dentro do espaço educacional configuram-se como resultado de enfrentamentos contra a lógica excludente do capital e que tendem ao fomento da emancipação social dos sujeitos, ou a manutenção dos pressupostos, em detrimento de um projeto contra-hegemônico nas entrelinhas do arcabouço escolar e no todo social.

Neste âmbito, a instituição escolar acaba influenciando marcadamente a identidade do sujeito, em que, diante de uma série de elementos segregadores, forma identidades a partir de um padrão delimitado. A impermeabilização do negro nos espaços socialmente mais valorizados no cenário social acaba apresentando como exemplo da eficácia do poder simbólico exercido pela escola no meio social.

Bourdieu (1974 *apud* Souza, 2007) enfatiza que a violência simbólica atua no sentido de “naturalizar”, por meio das instituições, as representações sociais dominantes. Essas ideias predominantes são formuladas e difundidas pelos agentes da dominação, sobretudo pelas instituições escolares, com o objetivo de reforçar a autoridade e o domínio dos grupos ligados ao poder.

Diante disso, a escola configura-se como elemento importante na análise de um processo conflitivo, permeado por contradições que expressam, na sua essência, formas de imposição simbólica, a partir de toda uma conjuntura de apropriação e execução de um projeto hegemônico, em disputa por

classes essencialmente antagônicas. O viés étnico-racial apresenta-se como elemento importante, por estar contido no terreno das relações de poder e no processo de dominação de grupos socialmente hegemônicos.

Frigotto (2001) analisa que a educação escolar é um dos aspectos da reprodução da divisão capitalista do trabalho. Deste modo, a organização escolar, nos seus principais aspectos, é uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica.

Nesta perspectiva, o currículo perfaz-se como fator importante na fragmentação da identidade do aluno negro, bem como na construção de perspectivas de superação desse cenário. Assis e Canen (2004) enfatizam a necessidade do trabalho multicultural de valorização cotidiana educacional da identidade negra e de sua incorporação em currículos e práticas educacionais, no sentido de beneficiar-se do mergulho sobre os sentidos da afirmação “ser negro” e sobre as determinações da construção da identidade negra.

No tratamento da escola como propulsora estratégica da formação de identidades, aprofunda-se também, como aspecto importante, a existência de um recorte racial a partir de um providencial “branqueamento”, com um discurso estruturador dos constructos da democracia racial. Desta maneira, diante da importância conferida à escola, como silenciadora de diversas vozes em seu interior, verificamos sua participação na construção de representações, forjadoras de identidades a partir de mecanismos velados, camuflando a possibilidade de existência de práticas racistas, e com isso conservando tal estrutura.

Silva (1995) enfatiza que o currículo pode ser visto como discurso que, ao corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, acaba constituindo sujeitos dentro de suas determinadas particularidades. As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos podem apenas ser representados ou mesmo totalmente excluídos ou silenciados de qualquer representação.

A escola atua de maneira articulada, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, sobre o consenso da democracia racial e sobre o conflito entre as raças, criando as relações sociais entre negros e brancos. A “branquidade” tem de produzir constantemente um estancamento do conflito nas relações raciais entre negros e brancos (PARENTE, 2005).

Desta maneira, à escola compete apresentar-se como uma síntese da organização social e reprodução de todo um ideário hegemônico, pautado numa educação desigual, e/ou submissa aos

ditames do capitalismo. Assim, como instrumento estratégico, a escola utiliza o currículo como verdadeira carta de intenções, ou documento de ajustes que, a partir de suas narrativas, posiciona a escola em um ambiente de evidentes tensões e contradições sociais.

Assis e Canen (2004) destacam a necessidade dos profissionais da educação adquirirem conhecimentos que lhes possibilitem compreender e interferir na situação da população não branca no sistema de ensino, por meio da revisão de sua prática pedagógica, com vistas a uma pedagogia que promova a real democratização das oportunidades educacionais, com possibilidade de construção de uma ação pedagógica transformadora, em face de outras situações de discriminação, em que fatores não raciais são também objeto de segregação de grupos.

Seguindo esta via, as desigualdades sociorraciais na escola remontam às particularidades do currículo escolar, visto neste caso como documento de identidade dos indivíduos, de acordo com o receituário incutido pelo projeto hegemônico no ápice das deliberações da escola.

Desta forma, a reprodução de um projeto de sociedade na escola sob os moldes do capital, apresenta sólida ligação com as desigualdades educacionais que, por incorporarem as demandas do capital, impõem ideologicamente suas diretrizes com inegáveis repercussões na ordem social, produzindo assim identidades a partir de um projeto fortemente segregador.

Bourdieu (1982) assinala que todo sistema de ensino institucionalizado deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais, cuja existência e persistência são necessárias ao exercício de sua função própria de inculcação. A realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural, do qual ele não é o produtor (reprodução cultural), contribui para as relações entre os grupos e as classes (reprodução social).

Com isso, observamos que a instituição escolar, principalmente aquela formatada para as classes menos favorecidas (que a partir de dados apresentados é constituída na maioria por negros), explicita-se como instrumento vital de propagação ideológica e, por conseguinte, como cenário de efetivação de discursos reprodutivistas, endereçados ao meio social. Isso vem confirmar a divisão social e racial do trabalho entre os que pensam e os que executam, na gerência do poder na instituição, evidenciando, assim, a existência da escola capitalista, como importante espaço de fomento de uma desvirtuação identitária de indivíduos negros no escopo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A PERSPECTIVA DE (RE)DEFINIÇÃO IDENTITÁRIA DE SUJEITOS NEGROS

Diante de uma sociedade desigual, emerge todo um debate sobre a construção de mecanismos que possibilitem uma distribuição igualitária de oportunidades no meio social, visto que as condições sociais da população negra assentam-se numa considerável desvantagem em relação à população branca, havendo uma ruptura inclusive na constituição da identidade do negro.

Apresenta-se abaixo alguns postulados no sentido de (re)direcionar o debate sobre o processo de degeneração identitária de indivíduos negros, principalmente a partir no confronto de percepções. Considera-se, a expressão “(re)direcionar”, pelo fato deste estudo situar-se como contribuição para o enriquecimento da presente discussão e passível de novas contribuições.

A análise sobre a identidade do negro, dentro de uma perspectiva esvaziada de pressupostos degenerativos, anuncia tanto a necessidade como a viabilidade de um ressarcimento e correção das históricas desvantagens raciais verificadas na sociedade brasileira, sob o prisma da análise étnico-racial.

Nesta perspectiva, o impedimento de reformas estruturais está condicionado invariavelmente a mitos, construídos sob o contexto do senso comum, e ritualizados no meio social como noções que explicam as noções degenerativas do negro no tecido social. As construções sobre a indolência fortalecem a ideia da democracia racial brasileira, na (re)afirmação da primeira como explicação das desvantagens sociais do negro, e ainda reforçando a condição do Brasil como paraíso racial.

A escola contribui no processo de fragmentação identitária, desde suas legislações exógenas, à materialização de um currículo oficial, marcado pela condição seletiva e excludente, que, por sua vez, reforça a existência de um currículo oculto, manifestado sob práticas sublinhaves e com forte resquício de corrupção da identidade.

Apesar da assertiva posta, considera-se que há avanços que podem ser confirmados a partir de todo um debate marcado pela necessidade de ressarcimento social com a população negra, a partir das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que preveem a inserção de conteúdos ligados história e cultura africana no currículo escolar. Além do mais, o estado do Amapá apresenta a Lei 1.196/08, que também trata da inclusão de tais conteúdos no currículo escolar, apontando como iniciativa no estado a contribuição para o enfrentamento da discriminação e/ou das desigualdades raciais no conjunto da sociedade brasileira.

Portanto, diante das mutações do modo de produção capitalista e seus mecanismos de reprodução do racismo, encaminha-se, não apenas o processo educacional, mas toda a sociedade, a uma dual e conflituosa perspectiva de setores antagônicos: a manutenção de uma escola dual, hegemônica e racista, ou a ruptura com a harmonia e com o ideário conciliador, alinhavado historicamente, e o imediato apontamento de uma perspectiva socialista e antirracista de educação na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Lei 1.196/08**, de 14 de Março de 2008. Disponível em <<http://www.al.ap.gov.br/leiord11.htm>>. Acesso em 2009.

ASSIS, M. D. P.; CANEN, A. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, set./dez, 2004. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/PESQUISA/.../obras.asp?>>. Acesso em: 30/05/2009.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BRASIL, **Lei 10.639/03**, de 09 de Janeiro de 2003. Disponível em <<http://africaeaficanidades.wordpress.com/2007/09/12/266/>>. Acesso em: 13/06/2009.

_____. **Lei 11.645/08** de 10 de Março de 2008. Disponível em <<http://africaeaficanidades.wordpress.com/2007/09/12/266/>>. Acesso em: 13/06/2009.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. PASSERON, J-C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.

COELHO, W. N. B. **A Cor Ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores/Pará, 1970-1989**. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém: Editora Unama, 2006.

COSTA, J. F. Dar corpo ao corpo: a violência do racismo (Prefácio). In: SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. **Relações raciais no contexto nacional e internacional**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MUNANGA, K. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania** (Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico-Metodológica/SP). ANPED. Negro e educação. Universidade de São Paulo (USP), 2004.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense 1994.
- PARENTE, R. M. **A invenção do cidadão negro**. In: OLIVEIRA, I.; SILVA, P. B. G.; PINTO, R. P. (Orgs.). Negro e Educação: escola, identidades e Políticas Públicas. São Paulo: Ação Educativa ANPED, 2005.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1995.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- SOUZA, J. S. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- SOUZA, R. L. Método, raça e identidade nacional em Sílvia Romero. **Revista de História Regional**. v. 9, n. 1, 2007. pp. 9-30.
- TODOROV, T. **Nós e os Outros**: A reflexão Francesa sobre a diversidade Humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), sob a orientação da Profª. Drª. Eugénia da Luz Silva Foster, e doutorando do PPGED/ICED/UFGA.

² Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

⁵ De acordo com Todorov (1993), compreendem um conjunto de teorias formuladas no séc.XIX, tendo como base as justificativas científicas, no que se refere à existência de diferenciações e sobreposições entre as “raças”.

⁶ Autores como Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, entre outros, defendem a mestiçagem e logo, a perspectiva do branqueamento como necessidade para um suposto “melhoramento” racial da população negra.